

# UMA PROPOSTA DE MATRIZ METODOLÓGICA PARA OS ESTUDOS DESCOLONIAIS<sup>1</sup>

*Paulo Henrique Martins<sup>2</sup>*

*Júlia Figueredo Benzaquen<sup>3</sup>*

## RESUMO

O pensamento descolonial tem contribuído significativamente para a crítica teórica da colonialidade na medida em que busca desconstruir os discursos coloniais. No entanto, é preciso avançar nas formas de qualificar mais claramente os desafios da ação social e histórica. Nesta direção, este artigo busca oferecer alguns elementos para se organizar uma matriz metodológica formada por três categorias (saber, poder e ser) que possa subsidiar o entendimento prático do sujeito histórico e dos movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Epistemologias do Sul, Descolonialidade, Metodologia, Marcadores.

- 
- 1 Esse texto foi produzido inicialmente em 2013, no âmbito do projeto de pesquisa “O dom, a crítica pós-colonial e os dilemas do desenvolvimentismo na América Latina: centro, periferia, dependência e autonomia”. O que agora apresentamos é um amadurecimento do texto. Para as reflexões iniciais foi fundamental a contribuição de todos que na época faziam parte do Núcleo de Epistemologias do Sul Global – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco.
  - 2 Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: paulohenriquemar@gmail.com
  - 3 Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: julia.benzaquen@ufrpe.br

# A PROPOSAL OF A METHODOLOGICAL MATRIX FOR THE DECOLONIAL STUDIES

## ABSTRACT

Decolonial thought has contributed significantly to the theoretical critique of coloniality insofar as it seeks to deconstruct colonial discourses. However, it is necessary to move forward in ways of qualifying more clearly the challenges of social action and history. In this direction, this article seeks to offer some elements to organize a methodological matrix formed by three categories (knowledge, power and being) that can subsidize the practical understanding of the historical subject and social movements.

**Keywords:** Epistemologies of the South; Decoloniality; Methodology; Markers.

## 1. Crise de sociedade

O atual modelo de crescimento econômico fundado na perspectiva de existência de recursos naturais inesgotáveis sustentando acumulação crescente de lucros está praticamente esgotado. A crise ambiental e social comprova. Acresce a isso o fato que a financeirização do capitalismo superou o capitalismo industrial e produtivo vigente até o século XX. A crise deste modelo está gerando diferentes movimentos. Há países em que os movimentos sociais estão pressionando por novas alternativas de desenvolvimento como vemos na Bolívia e no Equador, onde a ideia de bem viver aparece como uma reação paradigmática contra a colonialidade e contra o capitalismo predatório.

No entanto, em geral, a insatisfação social não vem sendo canalizada institucionalmente e objetivamente, pois há um déficit no plano da

representação política que gera uma perda de capacidade dos dirigentes auscultarem e entenderem as fontes do mal-estar social. Ao contrário, se sentindo aparentemente seguras no interior do pacto de poder, as elites insistem em reforçar o modelo de desenvolvimento centrado no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que se reproduz politicamente a partir de uma aliança entre o capitalismo financeiro e as elites coloniais em torno do rentismo como eixo central do poder.

No Brasil, a Emenda Constitucional 95, promulgada em dezembro de 2016, que congela por 20 anos investimentos em áreas sociais, é um exemplo disso. Trata-se de uma estratégia de fortalecimento da acumulação a partir do crescimento do capital rentista e sem mais compromisso algum com a questão social, abrindo perspectivas perigosas com relação a um novo tipo de totalitarismo fundado no poder transnacional das grandes empresas. A crise do capitalismo radicaliza as lutas pelo controle dos sistemas de decisão, ameaçando os regimes democráticos com vistas a manter altas taxas de lucros. Assim tentam aplicar contrarreformas visando manter a hegemonia ideológica e militar das elites indiferentes ao caos social que se estabelece na cena política e social. Este modelo de enfrentamento da crise é perverso por acentuar a tendência do neoliberalismo de ampliar os processos de desumanização.

Vale lembrar que a retomada da acumulação do capitalismo neste contexto de crise das economias nacionais avança no sentido de reforçar a privatização do Estado e dos serviços públicos, por um lado, e de internacionalizar os mecanismos de controle financeiro, diminuindo as margens de decisão das sociedades nacionais, por outro. Neste contexto, a dependência e o imperialismo se atualizam num nível de mais complexidade gerencial e de produção de maior desigualdade econômica e social, a qual necessariamente gera mais desorganização e caos social e urbano.

As esquerdas democráticas têm dificuldades de se reposicionar no contexto visto que o novo modelo de acumulação escapa das regulações dos estados nacionais e se coloca em espaços de poder transnacionais

fortalecendo os sistemas de controle dos países do capitalismo central. Assim, sua crítica teórica e política não pode mais ser realizada exclusivamente a partir das realidades nacionais, devendo considerar aqueles movimentos teóricos e sociais transnacionais que assegurem novos olhares sobre a crise. Nesta direção, há reações alter-sistêmicas que contestam este modelo de acumulação capitalista intra-crise e que buscam organizar outras saídas para a sociedade mundial e para as sociedades nacionais e sistemas continentais. Estas saídas se realizam a partir de movimentos sociais fundados em redes e conexões virtuais e presenciais que têm as cidades e a juventude como foco central de reação e mobilização.

Os vários movimentos de ocupes e a primavera árabe são marcas deste estágio de polarização que se alastrou por diversos continentes. Ficou claro, por um lado, que a construção de novas ordens democráticas não pode simplesmente se limitar a estes movimentos de contestação. Por outro, ficou também evidente que o mal-estar social tende a se reproduzir como rastros de pólvora e tende a se multiplicar na medida em que as condições de reprodução social se tornam mais difíceis e que desaparecem as utopias de sociedades de bem-estar material dentro da lógica do capitalismo predatório. No Brasil, as manifestações de junho de 2013 continuam a gerar uma pluralidade de interpretações, reproduzindo o mal-estar com o poder dominante ainda que por caminhos ideologicamente difusos. Neste cenário, alternativas políticas estão surgindo seja pela esquerda ou pela ultradireita.

No Brasil, vivemos sob os efeitos devastadores de uma crise econômica, política e social. Os recentes fatos demonstram a promiscuidade entre os agentes públicos e privados, assim como as formas de cooptação através do financiamento de campanha como pagamento dos serviços realizados ao setor privado, seja de forma lícita ou ilícita. O judiciário brasileiro, como sempre, faz parte de todo esse jogo ambíguo da dominação, se apresentando de forma ineficiente e limitada. No entanto, importa ressaltar como o ano de 2017 foi marcado por fortes mobilizações.

A sequência de dias de lutas que iniciaram com a forte mobilização das mulheres no dia 08 de março foi o início do processo que culminou na maior greve geral do país em 28 de abril de 2017. Dessa forma, as pautas democráticas continuam sendo catalisadoras da mobilização em nosso país e no mundo.

Diante desse contexto de crises e de lutas, as Ciências Sociais vêm tentando fazer o seu papel de análise. Um caminho importante de entendimento do que ocorre é pensar as relações transnacionais e isso já era feito por teóricos marxistas e teóricos da dependência. Autores como R. M. Marini (1973), T. dos Santos (1972), entre outros autores mais próximos de um entendimento crítico da dependência, já tinham alertado sobre os mecanismos de reprodução da dependência internacional da América Latina, desde a década de setenta. Recentemente, a discussão sobre imperialismo tem sido retomada por autores que buscam enfatizar a atualidade do debate (Toni Negri...[et.al.], 2010; Sader, 2012; Lins Ribeiro, 2012), renovando a discussão da dependência.

Por seu lado, as ciências sociais, em geral, não têm conseguindo avançar com a mesma velocidade no desenvolvimento de uma sociologia transnacional que seja capaz de desconstruir eficazmente os dogmas do desenvolvimento capitalista colonial de modo a liberar uma consciência social e política mais complexa e capaz de influir sobre a organização do poder e sobre os destinos dos novos movimentos sociais. Por isso, as ciências sociais e a sociologia precisam avançar na crítica teórica de modo a entender as reações anti-capitalistas em curso sobretudo nas antigas periferias e que se voltam para o resgate da política e do social.

Alguns teóricos da sociologia global têm buscado entender os novos rumos da modernização a partir do potencial da nova cultura urbana produzida pela modernidade eurocêntrica estendida a esferas transnacionais (SASSEN, 1998 e 2010). Tais passos são importantes, mas insuficientes para colocar claramente os desafios de reconstrução da política participativa de modo a orientar os novos movimentos sociais articulando o

local, o nacional e o transnacional. Mas são nesses espaços periféricos e na América Latina, em particular, onde se verificam reações muito importantes e voltadas para fundação de heterotopias demonstradas, por exemplo, por movimentos e reações diversas como o zapatismo, a revolução boliviana e equatoriana, as reações camponesas, as novas redes sociais entre outras que apontam para uma heterotopia importante de caráter anti-capitalista (MARTINS, 2012). Assim, as reações teóricas e práticas precisam ser acompanhadas de reações transnacionais mais consistentes por parte das ciências sociais acadêmicas.

## 2. Epistemologias do Sul e crítica da colonialidade

A perspectiva pós-colonial vem se apresentando como um caminho importante para dar respostas aos desafios do nosso tempo, sejam eles teóricos ou práticos, no sentido de oferecer caminhos analíticos e práticos para entender e enfrentar as crises. As teorias pós-coloniais discutem e analisam criticamente os sistemas de produção de conhecimentos, procurando estudar os saberes e experiências silenciados pela relação colonial-capitalista. As perspectivas pós-coloniais se caracterizam pela tentativa de valorização de narrativas outras que não a narrativa totalizadora eurocêntrica. Nesse sentido, é através da visibilização da pluralidade que os estudos pós-coloniais conformam propostas de teorias contra-hegemônicas. Essa perspectiva está presente em todo o globo e no contexto latino americano o conceito de estudos descoloniais surge a partir do grupo colonialidade/modernidade formado por diversos autores como Mignolo, Quijano, Escobar. Descolonizar<sup>4</sup> é colocar-se contra as diferentes

---

4 Existe um debate se há diferença entre o termo descolonial ou decolonial, entendemos que a diferença não é significativa e que se relaciona a distintas formas de traduzir o termo do espanhol, mas pode também significar diferentes filiações teóricas. Nesse artigo adotamos o termo descolonial.

formas de dominação que existiram e existem e que nos impõem uma lógica de pensar. Descolonizar é construir lógicas diferentes.

Boaventura de Sousa Santos traz importantes contributos para se pensar em uma perspectiva descolonial, adotando seriamente uma perspectiva do Sul. O autor defende o conceito de epistemologias do Sul:

O meu apelo a aprender com o Sul – entendendo o Sul como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo – significava precisamente o objetivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e da práxis social e política que ela subscrevera (SANTOS, 2006, p. 27).

Adjetivar a epistemologia como *epistemologia do Sul*, significa considerar como conhecimento válido aquilo que resistiu à dominação do Norte. Dessa forma, uma *epistemologia do Sul* permite ao Sul pensar em um conhecimento e uma forma de produzi-lo que não sejam importados, mas, sim, adequados a sua realidade. Dessa maneira, a *epistemologia do Sul* contribui para avançar a crítica descolonial, para além de um projeto intelectual crítico, ressaltando o valor do projeto político.

Como um projeto político, a teoria descolonial exige a explicitação da posicionalidade dos sujeitos envolvidos. Mignolo (2003b) faz a diferença entre perspectiva e lugar de enunciação. A perspectiva “[...] não é o produto da dor e da raiva dos despossuídos em si, mas sim de quem, mesmo não sendo despossuído, assume a perspectiva desses” (MIGNOLO 2003, p. 28). Já o lugar de enunciação refere-se a lugares de história, de memória, de dor, de línguas e de saberes diversos. Mignolo (2003) exemplifica que ao fazer uma defesa dos indígenas Bartolomeu de las Casas tinha uma *perspectiva* indígena. Mas, esclarece, o *lugar de enunciação* quem tem é o próprio indígena.

A concepção do conhecimento situado ou perspectivado defendido por essa corrente não pode comportar determinismos geográficos ou

outros. Não é possível, nem desejável, desconsiderar tudo que venha da Europa ou do mundo ocidental. Além do mais, após quinhentos anos de imposição global da modernidade ocidental, torna difícil conceber o que é exterior às sociedades frutos da colonialidade. Ou seja, a descolonialidade não é somente um projeto anti-colonial mas um programa de liberação do capitalismo que passa por uma crítica teórica que integra a complexidade cultural, racial, de gênero e religiosa do sistema-mundo no mesmo movimento em que contesta os novos mecanismos de dependência.

Fals Borda (1987) já apontava como uma sociologia da libertação como sendo construída por uma irmandade universal, independente de ser proveniente do Norte ou do Sul global. Dessa maneira, como nos diz Santos (2006), o Sul é uma metáfora mas que tem impactos para se pensar os modos de exploração entre centro e periferia do sistema mundial. Mas a utilização dessas metáforas dicotômicas (Norte e Sul, Ocidente e Oriente) deve evitar os erros do essencialismo, convidando o pesquisador para estar atento para a complexidade interna desses conceitos (CORONIL, 1989). É preciso afirmar que existe um Sul no Norte e um Norte no Sul. As metáforas pós-coloniais não podem repetir os erros das reduções binárias conceituais da modernidade que marcam o desenvolvimento científico e tecnológico até poucas décadas. As metáforas são necessárias e úteis, mas nunca é demais alertar que são metáforas e enquanto tais possuem limites. É então através dos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser que propomos operacionalizar metodologicamente a ontologia descolonial, através de uma epistemologia do sul.

### **3. A nova ontologia que emerge da crítica descolonial**

Toda metodologia tem como base uma ontologia pois ela consiste na organização de informações teóricas e práticas que conduzam ao entendimento dos fundamentos do objeto em análise. A matriz metodológica



que agora propomos parte da crítica descolonial à ontologia hegemônica. A ontologia moderna eurocêntrica se fundamenta basicamente na perspectiva do progresso moral, psicológico, político, econômico, religioso e cultural do ser humano tendo como espelho de referência o homem europeu e a perspectiva de controle e domesticação da natureza não humana. Este modelo analítico foi muito importante para assegurar a associação entre desenvolvimento capitalista e colonização planetária, havendo uma articulação estreita das dimensões do conhecimento (ciência), do poder (Estado) e do sujeito (homem europeu). O conceito de *colonialidade* auxilia na compreensão desta ontologia hegemônica presente em boa parte do mundo quando explica que a colonização teve efeitos culturais e ideológicos na organização das populações colonizadas de modo a garantir a exploração a baixo custo econômico e militar.

A ideia de *colonialidade*, inicialmente desenvolvida por Anibal Quijano (2002), supõe a imposição de um sistema de classificação hierárquica de conhecimentos, espaços e pessoas. A ideia de *colonialidade* vai além dos períodos históricos de colonização política e se refere a situações de opressão diversas. Desde o século XVI a hegemonia ideológica da ciência, da economia, da política e da religião do Norte vem sendo disseminada e muitas vezes imposta em todo o planeta. Falar em um globo dividido em Norte e Sul não se limita a uma questão geográfica. A história do capitalismo é que permite pensar nesses termos, pois pela história foi o Norte global (um Norte auto-definido e auto instituído pelas cartografias construídas nesse Norte) que colonizou o Sul. Assim, mesmo depois de tantos anos da independência política e administrativa, as sociedades que passaram por esse processo histórico continuam sentindo seus efeitos através de uma lógica de *colonialidade*, ou seja, de opressão e inferiorização do outro que não seja o *homem heterossexual/branco/patriarcal/militar/capitalista/europeu* (GROSFOGUEL, 2008).

A descolonialidade planetária ao desvendar o caráter ilusório do modelo eurocêntrico, libera diferentes processos de manifestação do

espírito humano devendo ser aqui registradas três dimensões ontológicas - saber, poder e ser - que servirão de guia para análise. Dessa forma, a *colonialidade* opera em três níveis: a *colonialidade do poder* ou a *colonialidade* da economia, da política e das instituições; a *colonialidade do saber* que se encontra nos níveis epistêmico, filosófico, científico e na relação língua-conhecimento; e a *colonialidade do ser* que opera na subjetividade, no controle da sexualidade, nos papéis atribuídos.

Para efeitos analíticos, restringimos a ideia de *colonialidade do poder* à dominação de uma lógica hierárquica, excludente e opressora no padrão das relações sociais institucionalizadas. É a vertente que mais se aproxima com as práticas de dominação econômicas capitalista. Assim, a *colonialidade do poder* se concretiza de diferentes formas, por exemplo: colonialismo interno<sup>5</sup>, governos indiretos<sup>6</sup>, práticas autoritárias e discriminadoras.

A *colonialidade do saber* é o que permite deslegitimar uns saberes e legitimar a suposta supremacia e superioridade de outros. São superiores os saberes de quem está em um lugar mais alto na escala hierárquica da *colonialidade*. É um conceito que está muito próximo ao conceito de eurocentrismo. O saber eurocêntrico se reveste de uma pretensa neutralidade, na qual o sujeito que conhece está supostamente livre dos

---

5 O *colonialismo interno*, conceito desenvolvido por Pablo González Casanova (2006), é a forma pela qual as antigas colônias mantêm com as populações nativas as mesmas ou parecidas relações de exploração dos antigos colonizadores. Segundo a perspectiva de Casanova (2006) o *colonialismo interno* deve ser entendido como profundamente ligado às classes sociais, ou seja, aqueles que sofrem com o *colonialismo interno* são, na sua maioria, das classes sociais menos abastadas. Outro ponto que o autor defende é que a luta contra o *colonialismo interno* coincide com a luta por um Estado-nação multiétnico, “pelo poder de um Estado de todo o povo ou de todos os povos, ou por um poder alternativo socialista que se construa desde os movimentos de trabalhadores, de camponeses, de populações urbanas” (CASANOVA, 2006: 416).

6 Um exemplo de governo indireto são as exigências que organismos multilaterais impõem a Estados periféricos. As exigências do FMI para reduzir os gastos em políticas sociais nos países da América Latina, nos princípios da década de 90, através de uma lógica neoliberal, é um exemplo concreto.

preconceitos e é possuidor da verdade absoluta. Na verdade, a pretensa universalidade do saber eurocêntrico é local, pois todo o conhecimento pode ser contextualizado e produzido a partir de um *corpo-político do conhecimento* (CASTRO-GÓMEZ E GROSFOGUEL, 2007). Todo o conhecimento possível se encontra incorporado, encarnado em sujeitos atravessados por contradições sociais, vinculados a lutas concretas, enraizados em pontos específicos de observação.

A *colonialidade do ser* é um conceito desenvolvido por Maldonado-Torres (2008) a partir de Quijano, Levinas, Fanon e outros filósofos. Quijano (2002) discute como através do exercício do poder surgem categorias que identificam os sujeitos, como por exemplo, as categorias de europeus, índios e negros. O autor demonstra como o poder naturaliza essas categorias, tornando algumas superiores e outras inferiores.

#### **4. Aprofundando as perspectivas da matriz metodológica descolonial**

Este trabalho visa aprofundar o desenvolvimento de uma matriz metodológica capaz de favorecer articulação de saberes diversos e iniciativas de produções acadêmicas conectadas com as mudanças sociais em curso. Esta matriz objetiva equalizar diferentes saberes na produção de uma crítica social mais consistente, favorecendo a organização de redes transnacionais de pesquisadores que possam compartilhar com mais intensidade e profundidade ideias e reflexões. Entre os desafios está o de analisar o aumento das desigualdades sociais e econômicas como as novas iniciativas anti-capitalistas e novos movimentos sociais que estão emergindo nesse processo de passagem do modelo hegemônico para um outro modelo mais complexo de regulação transnacional. O desafio então é favorecer a emergência de uma rede transnacional que possa apoiar metodologias comparativas que articulem os avanços teóricos com as

exigências da prática e da formação de redes transnacionais de pesquisadores que potencializem a divulgação desses estudos descoloniais.

No contexto hegemônico, a organização de um modelo analítico de caráter transnacional como este era pouco provável, na medida em que as pesquisas comparativas visavam, sobretudo, legitimar teorias eurocêntricas sobre o desenvolvimento social e justificar escolas de pensamento em torno de grandes nomes. No momento presente, com os avanços da crítica descolonial, a organização de um modelo analítico mais simétrico e dialógico envolvendo diferentes centros de produção de conhecimento se torna possível. Isto acontece na medida em que se concebe não haver uma hierarquia cognitiva e moral de conhecimentos sobre a vida social e que todas as experiências locais são “glocais”, como diria R. Robertson (2000), isto é, todas são intercambiáveis.

Certamente, o novo método aparece como um constructo complexo. Trata-se de uma matriz operadora de traduções de ideias, de experiências e memórias que deve funcionar horizontalmente assegurando os fluxos de disseminação e adaptação de informações produzidas a partir de diferentes contextos. Esta matriz tradutora é igualmente uma zona de contato que vem operando atualmente de forma prioritária em grandes eventos de debate como os fóruns internacionais e os encontros de grandes associações científicas. Mas agora emerge a importância de se assegurar trocas mais perenes e profundas de informações críticas e a matriz metodológica que propomos busca a responder a esta demanda acadêmica e aquelas de movimentos sociais e ativistas. A importância de uma metodologia comum é a de facilitar o diálogo entre as diferentes pesquisas e dessa forma construir uma representação plural e abrangente da realidade pesquisada.

O conceito de *colonialidade* e os seus três desdobramentos - colonialidade do poder, do saber e do ser -, permitem fundamentar as dimensões ontológicas de análise na perspectiva descolonial aqui adotada e, assim, fortalecer as epistemologias do Sul. Essas dimensões aparecem com um

caráter de *realidade instituída*, nos termos de Castoriadis, ou seja, como possibilidade de descrição do real, mas também como *realidade instituinte* (CASTORIADIS, 1995) como uma forma de imaginação sociológica e política<sup>7</sup> que visa conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; e definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições.

Assim, no âmbito da *realidade instituinte* podemos pensar o conceito de descolonialidade a partir das três dimensões ontológicas: uma descolonização do saber, do poder e do ser. Reivindicar saberes contextualizados e incorporados e questionar o saber eurocêntrico que tem a pretensão de ser neutro, total e verdadeiro, são formas descoloniais do saber. Facilitar práticas de democracia radical internamente e externamente (se organizando em forma de rede, por exemplo) contribui para a desestabilização de estruturas hierárquicas e autoritárias de organização, sendo assim, um exemplo de descolonialidade do poder. Valorizar a interculturalidade, permitir que os sujeitos possam elaborar suas identidades segundo os seus contextos e possam se fortalecer na troca com os outros são exemplos de descolonização do ser.

Dessa forma, qualquer objeto a ser estudado pelos pesquisadores interessados em utilizar esta matriz pode abarcar o estudo dessas três unidades de análise. Por exemplo, o estudo sobre humanização do parto, no âmbito de saúde: pode se pensar como saberes medicalizantes que oprimem os saberes populares das parteiras pois a hospitalização do parto é um mecanismo de poder, uma política estatal de controle da saúde pública; no âmbito do ser, pensar como a mãe é vista como um sujeito passivo pelo médico e como a humanização visa justamente empoderar essa mulher. Outro exemplo, o estudo sobre resistências nas cidades: pensar como os saberes mobilizados por essas resistências dialogam

---

7 O conceito de *Sociologia das Emergências* de Boaventura de Sousa Santos (2006) também desenvolve essa ideia de uma utopia possível.

com os saberes hegemônicos, seja contestando esses saberes ou os resignificando; a respeito do poder, como essas resistências se organizam e como dialogam ou não com o Estado; e por fim pensar que sujeitos são esses que estão propondo essas resistências, como se definem, como se relacionam com os outros. Tomando o exemplo do estudo sobre parto humanizado e o exemplo do estudo sobre resistências, surge a questão de entender se são organizados a partir desses três eixos propostos: saber, poder, ser. No nosso entender, os exemplos práticos sugerem possíveis comparações mesmo se referindo a objetos de estudo distintos.

Seguindo essa lógica poderíamos construir, através de indicadores que se enquadrariam nessas três categorias analíticas (saber, poder e ser), um modelo de parto humanizado e um modelo de resistência na cidade e a análise dos objetos específicos seriam “mensuradas” a partir da aproximação com esse tipo-ideal.

## **5. Importância dos marcadores na aplicação da metodologia**

Faz-se necessário agora um maior detalhamento a respeito de que forma apreenderemos essas dimensões ontológicas a partir da observação e reflexão sobre fatos e experiências concretas a serem analisadas e que devem ser objeto de reflexão comparativa na perspectiva transnacional proposta. Neste sentido, é importante clarear que categorias, indicadores ou marcadores devem ser usados para balizar os estudos comparativos numa dimensão mais geral que abrange o conjunto de trabalhos a partir do tema do desenvolvimento e da transnacionalidade e, numa perspectiva mais reduzida, focalizada diretamente sobre cada objeto em particular.

O conceito de marcador, em particular, como é usado por Bhabha (1994), volta-se para a dinâmica dos eventos sociais, procurando analisar

os fluxos identitários. Ele deve ser considerado com particular atenção na medida em que evita a essencialização de categorias de análises sejam elas as classes, o mercado ou a ciência. A ideia de marcadores pode nos ajudar a operacionalizar as dimensões da análise empírica guardando a originalidade desconstrucionista da proposta teórica. Marcadores descoloniais são dispositivos simbólicos, morais, estéticos e cognitivos que são mobilizados na dinâmica de reprodução dos sistemas sociais, não sendo fixos mas flutuantes de acordo com a perspectiva analítica. Há dois aspectos importantes a serem observados nestes marcadores: o caráter da mediação e o impacto de sua ambivalência estrutural sobre a operacionalização do sistema.

O caráter de mediação explica que tais marcadores podem ser significados e ressignificados pelos sujeitos da pesquisa. O marcador de raça, por exemplo, foi usado pelos colonizadores para depreciar moralmente os povos “não-brancos” e assegurar a superioridade cultural dos “brancos”. Este mesmo marcador tem sido acionado pelos movimentos negros e indígenas para legitimar importantes mobilizações políticas e culturais nos contextos das modernidades periféricas.

O impacto de sua ambivalência sobre a operacionalização do sistema é definido por perspectivas de poder e dominação sistêmica ou de reação alter-sistêmica. O marcador pode se oferecer para uma interpretação espelhada podendo ser visto por uma ou outra face. Esta é sua ambivalência. Assim, o marcador de religião pode ser visto por uns como o “ópio do povo” e por outros como “a salvação dos ímpios”. É importante pois que o pesquisador que adote este método esteja atento a esta ambivalência pois ela abre o entendimento para a natureza dos conflitos e alianças presentes em cada contexto particular. Esta ambivalência estrutural do marcador pode ser interpretada como um aspecto simbólico da reprodução do sistema social. Neste caso, os agentes ao identificarem o marcador como algo que esclarece organicamente sua ação no mundo da vida, busca ritualizar esta ação honrando o marcador. Por exemplo, o

trabalhador de uma fábrica que tem consciência do valor de seu trabalho tende a dignificar a farda e a luta coletiva. A alienação com relação ao valor simbólico do marcador leva ao conformismo ou ao reacionarismo. Aqui entra a outra interpretação possível do marcador, como instrumento de ação a ser manipulado em benefício próprio, individual ou grupal. Neste caso o marcador é visto como um instrumento de controle da ação social o que explica o sucesso da leitura do marcador como indicador no sistema social.

Na abordagem eurocêntrica da crítica social os marcadores são definidos como categorias mais ou menos fixas e objetivadas como as de classe, de desigualdade social, de racionalidade cognitiva, de divisão disciplinar, de poder superior, de renda, de estratificação social entre outros. Na abordagem descolonial tais categorias continuam válidas, mas devem ser mediadas pelos contextos de organização da tensão entre colonialidade e descolonialidade e pelas subjetivações sociais e culturais. Assim categorias como as de raça, de patriarcalismo, de meio ambiente, de sexualidade, de consumo são ressignificadas permanentemente de acordo com as exigências da crítica teórica, por um lado, e das particularidades dos casos estudados, por outro. Também é de se salientar não haver entre estes marcadores uma hierarquia cognitiva ou moral que justifique a superioridade de uma sobre as demais como o fizeram as abordagens utilitaristas modernas, tanto na sua versão liberal como naquela marxista. Na crítica descolonial os marcadores não são categorias essenciais hierarquizadas. Logo, é possível entender que elas refletem processos cognitivos, estéticos, morais, políticos e econômicos diversos que merecem ser analisados de forma interativa de acordo com as exigências do objeto da pesquisa. Enfim, há uma infinidade de possibilidade de indicadores ou marcadores ou categorias que podem ser acionados dependendo do contexto da pesquisa.

Importa ainda aqui refletir que estamos querendo abarcar uma complexidade, um método comparativo transnacional. Para dar conta dessa



complexidade estamos buscando uma pluralidade de marcadores/indicadores que nos instrumentalize e que nos torne capaz de realizar uma análise não reducionista, mas que seja complexa. No entanto, precisamos estar cientes que uma teoria nunca poderá dar conta de toda complexidade do real. Assim, pretendemos avançar ao construir um modelo de análise com categorias que facilitem o desenvolvimento das pesquisas individuais e que permitam que essas pesquisas dialoguem. Os marcadores, ou indicadores, se enquadrariam em uma das três categorias, aqui propostas: saber, poder e ser.

Como já discutido nesse trabalho, essas categorias se justificam a partir das ideias de colonialidade do saber, colonialidade do poder e colonialidade do ser. Assim tentemos exemplificar o que caberia em cada um desses âmbitos. Por exemplo, ao se pensar em saber poderíamos pensar em marcadores relacionados com as questões epistemológicas como eurocentrismo, tradicionalismo, interculturalidade; no âmbito do poder as questões estatais, ou seja, as políticas públicas poderiam ser discutidas; e em relação ao ser entraria debates como o racismo, o machismo, entre outros.

## **6. Operacionalizando a metodologia proposta**

No quadro abaixo segue uma proposta concreta de operacionalização da matriz metodológica. Buscando preservar e estimular a perspectiva da diferenciação igualitária de informações que entram na matriz a partir da ótica descolonial, é possível se pensar pesquisas que tencionem a ideia de centro-periferia, de Norte-Sul, de opressores-oprimidos. Ou seja, a matriz funciona para pesquisas que estão atentas à heterogeneidade do mundo, mas que também conseguem, pelo menos para fins analíticos e práticos, realçar a dicotomia entre os que defendem o *status quo* e os que almejam por outros mundos possíveis. Ao propor uma matriz

metodológica descolonial, claramente os autores do texto se posicionam numa perspectiva contra-hegemônica.

Cada pesquisador deve procurar identificar a partir do seu objeto particular características de colonialidade e de descolonialidade nas respectivas dimensões ontológicas. É possível também complexificar a tabela, ou seja, trazer mais características de colonialidade ou descolonialidade, tendo a clareza que nunca faremos um modelo completamente exaustivo.

**Quadro 1** - Operacionalização da matriz metodológica

<b>CATEGORIAS ONTOLÓGICAS</b>	<b>MARCADORES DE COLONIALIDADE</b>	<b>MARCADORES DE DESCOLONIALIDADE</b>
Saber	Eurocentrismo	Questionamento do eurocentrismo
	Neutralidade do saber	Saberes contextualizados e incorporados
	Hegemonia de um saber específico	Conjugação de diferentes saberes no sentido de melhor informar uma prática transformadora
Poder	Autoritarismo	Práticas de democracia radical interna e externa (redes, articulações)
	Individualismo	Solidariedade
Ser	Identidades que fixam e subjugam	Identidades que descolonizam o ser
	Multiculturalismo (tolerância da diferença)	Interculturalidade (respeito a diferença)
	Primazia de um ator para fazer a transformação social	Ampliação do conceito de sujeito contra-hegemônico

Dessa forma, a matriz metodológica aqui sugerida permite que cada pesquisador elabore chaves de leitura da realidade que se enquadrem numa perspectiva paradoxal de colonialidade e-ou descolonialidade. Na perspectiva de colonialidade, o objeto de estudo desenvolvimento, por exemplo, tem como principal marcador o PIB, que sinaliza a acumulação de riquezas materiais. Numa perspectiva descolonial o PIB é ressignificado por uma ecologia de saberes que valoriza marcadores ecológicos e humanos. As constituições boliviana e equatoriana vão nessa direção ao reconhecer o direito da natureza ao lado dos direitos humanos. A riqueza da adoção da matriz metodológica é justamente permitir analisar comparativamente contextos diversos para verificar o nível de descolonialidade em diferentes situações sociais<sup>8</sup>.

## Considerações finais

Para concluir devemos lembrar que os avanços da crítica descolonial encontra alguns desafios a nível do saber acadêmico que ainda se encontra muito dependente da pirâmide científica resultante do modo de organização das ciências sociais modernas nas sociedades industriais. Por um lado, não se considerou seriamente a relação do capitalismo e colonialidade que é fundamental para se fazer a crítica cultural e moral do capitalismo; por outro, se estabeleceu uma classificação de saberes em função do pretense caráter universal da racionalidade científica europeia (WALLERSTEIN, 2007), o que levou a se negligenciar outras racionalidades e formas de saberes inclusive de culturas milenares. Considera-se nesta classificação eurocêntrica que os saberes sistematizados por autores nascidos no Norte Global teriam um caráter mais universalizante que

---

8 Essa matriz já foi utilizada em diversas pesquisas, como exemplo o texto de Benzaquen (2012) e o de Melo (2017).

os saberes produzidos no contexto do Sul Global. Para se desmistificar tal classificação é, então, essencial, se olhar o outro lado do espelho para ver modos diversos de organização dos saberes na tensão ontológica entre homem e natureza.

A reprodução deste modelo nas universidades e centros de pesquisas nos países periféricos contribuiu para gerar modelos de análise das realidades locais que, frequentemente, negligenciaram uma série de marcadores próprios de contextos de colonialidade dados por aqueles de raça, gênero, religiosidades, memórias e determinações ecosociais. Estes tendem a sobredeterminar os marcadores clássicos das ciências sociais modernas como aqueles de classes sociais, cidadania republicana e funções e papéis sociais para permitir um entendimento complexo, ético e político do ser humano na sua diversidade.

O avanço dos estudos metodológicos da crítica descolonial deve, logo, considerar os desafios ontológicos apresentados pela tensão entre colonialidade e descolonialidade de modo a ressaltar a complexidade de variáveis que interferem na organização do pensamento e das práticas nas sociedades do Sul Global. O presente artigo pretende, assim, contribuir para o aprofundamento do debate sobre as metodologias descoloniais considerando que a crítica discursiva é relevante mas que é fundamental se avançar na reflexão sobre saber teórico e saber prático. Tal atitude metodológica é fundamental para que o pensamento reflexivo possa se nutrir das mutações do cotidiano, subsidiando mais decisivamente os novos movimentos e mobilizações que questionam as desigualdades e as injustiças geradas pela colonização.

*Recebido em: 02 de mar. 2018.*

*Aceito em: 12 de mar. 2018.*

## Referências

BENZAQUEN, Júlia Figueredo. **Universidades dos Movimentos Sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais**. Tese (Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global) – Centro de Estudos Sociais e Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

BHABHA, Homi K. **The Location of Culture**. London and New York: Routledge, 1994.

CASANOVA, Pablo González. “Colonialismo interno [una redefinición]” in Atilio A. Boron, Javier Amadeo y Sabrina González (compiladores). **La teoría marxista hoy, Problemas y perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CASTORIADIS, C. **L’institution imaginaire de la société**. Paris: Editions Seuil, 1995.

CASTRO GOMÉZ S and GROSGOUEL R. **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistêmica más Allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, 115-147, 2008.

LINS RIBEIRO, Gustavo. **Post-imperialism. A Latin American cosmopolitics**. Brasília: Série Antropologia, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. “A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império”. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008: 71-114, 2008.

MARINI Rui Mauro. **Dialética da dependência**. México: Ed. Era, 1973.

MARTINS Paulo Henrique. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidária**. Buenos Aires: CICCUS/Estudios Sociológicos Editora, 2012.

MELO, Camila Pimentel Lopes de. **No tempo da espera: reflexões sociológicas sobre a humanização do parto no Recife**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

MIGNOLO, Walter. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica,” in Santos, Boaventura de Sousa Santos (org.). **Conhecimento Prudente para uma vida decente: ‘um discurso sobre as ciências revisitado’**. Porto: Afrontamento, 2003.

NEGRI, T. [et.al.] **Imperio, multitud y sociedad abigarrada**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

QUIJANO, Aníbal. “**Coloniality of power, Eurocentrism and Latin America**”. Neplanta: Views from South, 1 (3), 533-580, 2002.

ROBERTSON, R. Comments on global trade and glocalization dans Globalization and Indigenous culture. In: **Oue Nobutaka, general editor, Institute of Japanese culture and classics**. Kogukakuin University. [www2kogukakuin.ac.jp/ijcc/wp/global/15robertson.html](http://www2kogukakuin.ac.jp/ijcc/wp/global/15robertson.html), 2000.

SADER, E. Pós-neoliberalismo na América Latina In P.H. Martins e C. Rodrigues (Orgs.) **Fronteiras abertas da América Latina: Diálogo na ALAS**. Recife: Ed. da UFPE, 2012.

SANTOS T. **Dependencia y cambio social**. Santiago: CESO, 1972.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WALLERSTEIN, I. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. ◀